

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.208 - SC (2019/0275806-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : PAULO GUILHERME PFAU JUNIOR - SC017384
GUSTAVO LUÍS PFAU - SC026668
RECORRIDO : CECILIA MANTOVANI
RECORRIDO : CECILIA MANTOVANI
RECORRIDO : SENIVAL SALVADOR TRIPOLI
ADVOGADOS : EUZA GOMES - SC037816
MARCO ANTONIO SOUZA ARRUDA - SC039863

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por BANCO BRADESCO S/A, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 213-214, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DOS EMBARGANTES. INÉPCIA DA INICIAL. PRELIMINAR AFASTADA. EXPRESSA PREVISÃO ACERCA DA EXECUTIVIDADE DO TÍTULO (ART. 28 DA LEI 10.931/1994). AUSÊNCIA DA VIA ORIGINAL QUE NÃO MACULA A VALIDADE DA EXECUÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. ALEGADA NULIDADE DA EXECUÇÃO. NECESSIDADE DE ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA QUE NÃO PREVÊ A EXIGÊNCIA. TESE RECHAÇADA. NULIDADE DO TÍTULO EM RAZÃO DE RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS PRETÉRITOS. PRETENSÃO REVISIONAL ADSTRITA APENAS AO TÍTULO EXECUTADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OUTROS CONTRATOS, BEM COMO, AUSÊNCIA DE PROVA DE RENEGOCIAÇÃO OU CONFISSÃO DE DÍVIDAS. PRETENSÃO AFASTADA. AVENTADA INÉPCIA DA INICIAL POR INSUFICIÊNCIA DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO. INOCORRÊNCIA. DOCUMENTO SUFICIENTE A DEMONSTRAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA. CONTRADITÓRIO PRESERVADO. TESE REJEITADA. PEDIDO DE LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS À 12% AO ANO. PLEITO QUE NÃO COMPORTA ACOLHIDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 382 DO STJ. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NÃO SE SUJEITA A LEI DE USURA. ÍNDICE PREVISTO NO CONTRATO QUE SE REVELA ABUSIVO À LUZ DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DOS PRECEDENTES DESTES ÓRGÃO COLEGIADO. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. REFORMA DA SENTENÇA. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA DE JUROS. CONTRATO FIRMADO

APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963/2000. PACTUAÇÃO EM PERIODICIDADE DIÁRIA. VEDAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR MENSAL. INVIABILIDADE DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO RECURSAL. PLEITO PELO AFASTAMENTO DO 10F. COBRANÇA AUTORIZADA PELA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DESPROVIMENTO. VENCIMENTO ANTECIPADO. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. CLÁUSULA DEVIDAMENTE AJUSTADA PELAS PARTES QUE, EM CONJUNTO COM A INADIMPLÊNCIA, NÃO PODE SER CONSIDERADA ABUSIVA. SENTENÇA MANTIDA. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. VIABILIDADE. VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE CONTRATUAL (CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA E JUROS ABUSIVOS) QUE AUTORIZA A APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO 2 DO EGRÉGIO STJ DECISÃO EXARADA EM SEDE DE RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. NECESSIDADE DE RESPEITO AOS PRECEDENTES. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS MAJORADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 289-299, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 301-324, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos arts. 104, 122, 174 e 175 do CC; 4º, § 1º da LICC; 51, IV e § 1º, III, do CDC; 368, 394, 591 e 884 do CC, e 85, § 2º, do CPC/15 sustentando a incidência dos juros remuneratórios e da capitalização mensal conforme contratados, afirma que a mora está configurada, sendo incabível a repetição do indébito. Por fim, aduz que a verba honorária fixada é exorbitante.

Após apresentadas as contrarrazões (fls. 341-349, e-STJ), e decisão de admissão do recurso especial (fls. 364-366, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Na espécie, a Corte local considerou abusiva a taxa de juros remuneratórios nos contratos celebrados (fls. 222-224, e-STJ), de maneira que rever tal entendimento demandaria o reexame do arcabouço fático-probatório dos autos, providência vedada na via eleita, a teor do óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

2. O Tribunal de origem, mediante a análise da prova dos autos e os parâmetros definidos no Recurso Especial Repetitivo n. 1.061.530/RS a respeito dos juros remuneratórios em contratos bancários, afastou a alegação de abusividade da taxa cobrada, afirmando, inclusive, a contratação abaixo da média de mercado divulgada pelo Bacen. Desse modo, a alteração do desfecho conferido ao processo atrai o óbice das mencionadas súmulas.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1312897/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

1. O STJ consolidou o seguinte entendimento em julgamento de demanda repetitiva: "Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados." (REsp 1.112.879/PR, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, DJe de 19.5.2010)

2. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios ao avaliar o contexto fático e probatório dos autos, razão pela qual a revisão da conclusão adotada esbarra no óbice descrito na Súmula 7/STJ.

3. "O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios) descaracteriza a mora". (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, DJe de 10.3.2009).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1412287/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 18/09/2019)

2. Na hipótese, a Corte local declarou a abusividade da cláusula contratual que estabeleceu a capitalização diária dos juros, pois esta silenciou quanto à taxa diária incidente no contrato. É, aliás, o que se observa do seguinte excerto do acórdão guerreado (fls. 223-224, e-STJ):

Nas razões do recurso, destacaram os apelantes que a capitalização diária é abusiva, requerendo a exclusão do anatocismo em qualquer periodicidade.

Apesar da expressa previsão da capitalização diária da taxa de juros remuneratórios (item 11.5, fl. 96), observa-se que não há, no contrato em

comento, a taxa de juros diária a ser cobrada.

Dessa forma, não houve informação adequada ao consumidor a esse respeito, o que fere o seu direito previsto no artigo 6º, inciso III, da Lei n. 8.078/1990, razão pela qual a periodicidade diária deve ser afastada.

(...)

Assim, a ausência de especificação no título e a falta de informação no demonstrativo de débito acerca da taxa de juros diária a ser capitalizada é o bastante para afastar a sua incidência, porquanto lesiva ao direito do consumidor.

Porém, há mais.

Conforme entendimento que vem sendo adotado nesta egrégia Corte de Justiça estadual, a capitalização de juros em periodicidade diária importa em onerosidade excessiva ao consumidor, o que é vedado, na forma do artigo 51, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor.

(...)

Assim merece afastada a capitalização diária da taxa de juros no contrato sob análise.

Ressalva-se, ademais, que a jurisprudência é firme no sentido de autorizar qualquer capitalização somente quando pactuada. Assim, diante da previsão de sua incidência diária, a qual é nula, resta vedada a utilização de qualquer outra, seja mensal ou semestral.

Com efeito, conforme entendimento desta Corte Superior, deve ser declarada a abusividade da cláusula contratual que estabelece as taxas efetivas anual e mensal, mas não da taxa diária, ante a violação do direito do consumidor à informação adequada.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA. TAXA NÃO INFORMADA. DESCABIMENTO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. DESCABIMENTO.

1. Controvérsia acerca da capitalização diária em contrato bancário.
2. Comparação entre os efeitos da capitalização anual, mensal e diária de uma dívida, havendo viabilidade matemática de se calcular taxas de juros equivalentes para a capitalização em qualquer periodicidade (cf. REsp 973.827/RS).
3. **Discutível a legalidade de cláusula de capitalização diária de juros, em que pese a norma permissiva do art. 5º da Medida Provisória 2.170-36/2001. Precedentes do STJ.**
4. **Necessidade, de todo modo, de fornecimento pela instituição financeira de informações claras ao consumidor acerca da forma de capitalização dos juros adotada.**
5. **Insuficiência da informação a respeito das taxas equivalentes sem a efetiva ciência do devedor acerca da taxa efetiva aplicada decorrente da periodicidade de capitalização pactuada.**
6. **Necessidade de se garantir ao consumidor a possibilidade de controle 'a priori' do contrato, mediante o cotejo das taxas previstas, não bastando a possibilidade de controle 'a posteriori'.**
7. **Violação do direito do consumidor à informação adequada.**

8. Aplicação do disposto no art. 6º, inciso III, combinado com os artigos 46 e 52, do Código de Defesa do Consumidor(CDC).

9. Reconhecimento da abusividade da cláusula contratual no caso concreto em que houve previsão de taxas efetivas anual e mensal, mas não da taxa diária.

10. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1568290/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016)

Aplicável, portanto, a súmula 83/STJ.

3. Afirmou a parte recorrente a ocorrência da mora.

Sobre o tema, pronunciou-se a Corte de origem (fl. 230, e-STJ):

Vê-se, portanto, que para o egrégio STJ a questão da descaracterização da mora está voltada para o inadimplemento em razão da cobrança em excesso, e não para o pagamento substancial da dívida, o que inviabiliza a aplicação do "distinguishing" para o caso em comento.

Assim, na esteira dos princípios basilares do Novo Código de Processo Civil, faz-se necessário o respeito aos precedentes sob pena de violação aos arts. 489 e 927 do referido diploma legal.

Deste modo, não há que se falar em mora substancial a justificar a inaplicabilidade da orientação 2 exarada pelo egrégio STJ, merecendo reformada a Decisão recorrida, uma vez que evidenciada a abusividade quanto aos juros remuneratórios e capitalização.

O entendimento consagrado por esta Corte Superior, por ocasião do julgamento do REsp n. 1.061.530/RS, é no sentido de que a mora do devedor é descaracterizada quando o caráter abusivo decorrer da cobrança dos chamados encargos do período da normalidade - juros remuneratórios e capitalização dos juros.

No presente caso, ao contrário do que alegou a instituição financeira recorrente, o Tribunal de origem estabeleceu a existência de encargos abusivos para o período da normalidade (juros remuneratórios), motivo pelo qual declarou desconstituída a mora.

Com efeito, o reconhecimento da abusividade de tal encargo possui o condão de afastar a mora, como bem ressaltado pelo órgão julgador de origem.

Por oportuno, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO. 1. "O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora". (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJe de 10.3.2009). 2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1333077/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA

TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 15/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. ALTERAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULAS N°S 5 E 7/STJ. MORA. CARACTERIZAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. ENCARGO DA NORMALIDADE. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ) 2. Os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando cabalmente comprovada, no caso concreto, a significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa de mercado para operações similares. Recurso representativo da controvérsia. 3. A reforma do julgado demandaria a revisão do acervo fático-probatório e a análise de cláusulas contratuais, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor das Súmulas n°s 5 e 7/STJ. 4. A constatação do abuso na exigência de encargos durante o período da normalidade contratual afasta a configuração da mora, consoante iterativa jurisprudência desta Corte. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1183999/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A capitalização mensal dos juros nos contratos bancários em periodicidade inferior a 1 (um) ano é admitida naqueles firmados após 31/03/2000, data da primeira edição da Medida Provisória n. 2.170-36/2001, então sob o n. 1963-17, desde que expressamente pactuada. No entanto, conforme se extrai do acórdão recorrido, a capitalização de juros não está expressamente pactuada, por conseguinte, não pode ser cobrada pela instituição financeira. Assim sendo, a inversão de tal julgado demandaria a análise dos termos do contrato, vedada nesta esfera recursal extraordinária, em virtude do óbice contido nos Enunciados 5 e 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. 2. Consoante entendimento assente na 2ª Seção desta Corte Superior, admite-se a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula n° 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula n° 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula n° 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual. 3. O Tribunal de origem limitou a taxa de juros à taxa média de mercado, porque eram abusivos. Desse modo, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria reexame de fatos e provas, e interpretação de cláusulas contratuais, que é vedado em razão do óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ. 4. A Segunda Seção do Superior Tribunal

de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.061.530/RS, relatora a Ministra Nancy Andrigli, submetido ao regime dos recursos repetitivos, firmou posicionamento no sentido de que: "a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual". No presente caso, foi reconhecida a cobrança de encargos abusivos no período da normalidade contratual, sendo viável a descaracterização da mora. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1183716/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 20/04/2018)

PROCESSO CIVIL. CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INSCRIÇÃO. MANUTENÇÃO DA POSSE.- Admite-se a capitalização mensal dos juros nos contratos bancários celebrados a partir da publicação da MP 1.963-17 (31.3.00), desde que seja pactuada. - É admitida a incidência da comissão de permanência desde que pactuada e não cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária e/ou multa contratual. - Aquele que recebeu o que não devia deve restitui-lo, sob pena de enriquecimento indevido, pouco relevando a prova do erro no pagamento. - Reconhecida a abusividade dos encargos exigidos no período de normalidade contratual, descarateriza-se a mora. - A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: a) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; b) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; c) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz. - Afastada a mora, o consumidor deve permanecer na posse do bem dado em garantia. - Agravo não provido. (AgRg no REsp 1270283/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 20/08/2012)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ no ponto.

4. Por fim, a jurisprudência deste Sodalício Superior é assente no sentido de que a compensação de valores e a repetição de indébito são cabíveis sempre que verificado o pagamento indevido, em repúdio ao enriquecimento ilícito de quem o receber, independentemente da comprovação do erro, nos termos da Súmula 322 do STJ.

Precedentes: AgRg no REsp 1026215/RS, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 13.05.2008, DJ de 28.05.2008; AgRg no REsp 1013058/RS, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 25.03.2008, DJ de 11.04.2008; AgRg no Ag 953.299/RS, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, julgado em 12.02.2008, DJ de 03.03.2008.

Encontrando-se o aresto de origem em sintonia à jurisprudência consolidada

nesta Corte, a Súmula 83/STJ serve de óbice ao processamento do recurso especial.

5. Por fim, no que toca à verba honorária, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, fixada a verba honorária de acordo com a apreciação equitativa do julgador, excetuados os casos de quantia irrisória ou exorbitante, não será suscetível de reexame em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 desta Corte. Nesse sentido, precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. VALOR DA CAUSA, DA CONDENAÇÃO OU DO VALOR FIXO. MODIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. [...] 2. A fixação da verba honorária de sucumbência cabe às instâncias ordinárias, uma vez que resulta da apreciação equitativa e avaliação subjetiva do julgador ante as circunstâncias fáticas presentes nos autos, razão pela qual insuscetível de revisão em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. 3. O afastamento do óbice apontado somente é possível quando a verba honorária é fixada em patamar exorbitante ou irrisório, o que não ocorreu na espécie, ante a justificação do tribunal para fixá-la em patamar condizente com o caráter menos complexo da exceção de pré-executividade (1% sobre o valor da execução). [...] Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1572665/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTUM. RAZOABILIDADE DOS FIXADOS EM FAVOR DO INSTITUTO RESSEGURADOR. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO DO INSTITUTO RESSEGURADOR NÃO CONHECIDO. PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO. 1. **A verba honorária fixada de acordo com a apreciação equitativa do juiz não será suscetível de reexame em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 desta Corte.** (AgRg no AREsp 155.733/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 21/8/20130. 2. O montante arbitrado em favor do instituto ressegurador não é irrisório, na medida em que remunera condignamente o patrono e representa aproximadamente 1% do valor da lide secundária estabelecida pela denúncia da lide. Incidência da Súmula nº 7 do STJ. [...] 4. Recurso do instituto ressegurador não conhecido, prejudicado o da seguradora. (REsp 1511879/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 05/02/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - VALOR FIXADO - APRECIÇÃO EQUITATIVA DO JUIZ - REEXAME DE PROVAS - VEDAÇÃO - SÚMULA 7/STJ - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. 1.- **Fixada a verba honorária de acordo com a apreciação equitativa do juiz, excetuados os casos de quantia irrisória ou exorbitante, não será suscetível de reexame em sede de Recurso Especial, a teor da Súmula 7 desta Corte.** 2.- In casu, o Tribunal, ao manter a sentença que fixara a verba

honorária, levou em consideração a atuação do procurador da parte, que limitou-se ao oferecimento da petição de impugnação aos embargos à execução. 3.- Impossível se torna o confronto entre o paradigma e o Acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissenso reclama consideração sobre a situação fática própria de cada julgamento, o que não é possível de se realizar nesta via, por força do óbice da Súmula 7/STJ. 4.- O recurso não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 5.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 325.508/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/09/2013, DJe 02/10/2013) [grifou-se]

No caso, o Tribunal de origem ao majorar a verba honorária, assim concluiu (fls. 230-231, e-STJ):

Existindo alteração de parte da sentença no grau recursal, impõe-se a readequação do ônus sucumbencial.

Desta forma, deve-se condenar ambas as partes à repartição das custas e honorários advocatícios, na proporção de 70% para os embargantes/apelantes e 30% para o banco embargado/apelado, mantendo-se as demais disposições da sentença.

No que diz respeito aos honorários advocatícios recursais, o §11 do art. 85, CPC, estabelece que o Colegiado majorará os honorários advocatícios pelo trabalho adicional realizado pelo patrono da parte, nos termos:

(...)

Desta forma, levando-se em conta o provimento de parte do recurso, e o trabalho adicional realizado pelo procurador da apelante, bem como, a natureza da causa e o tempo exigido, tenho que a verba advocatícia deve ser majorada em 2% sobre o valor atualizado da causa.

Desta forma, ressalvadas as hipóteses de notória exorbitância ou manifesta insignificância - *que não se vislumbra no caso sub judice* -, os honorários advocatícios fixados por critério de equidade não se submetem a controle por via de recurso especial, pois demandaria reexame de matéria fática, providência esta vedada a esta Corte, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

6. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 2% o valor dos honorários recursais, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI, Relator